

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

SABRINA BECKER CANARIN

CONFLITOS GERADOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA

CRICIÚMA, JULHO DE 2010

SABRINA BECKER CANARIN

CONFLITOS GERADOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a MSc. Soraia Regina Naspolini Coral

CRICIÚMA, JULHO DE 2010

SABRINA BECKER CANARIN

CONFLITOS GERADOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Fracasso escolar versus Exclusão escolar

Criciúma, 05 de julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Soraia Regina Naspolini Coral – Mestre - (UNESC) - Orientadora

Prof.^a Júlia Hélio Lino Clasen - Mestre – (UNESC)

Prof.^a Vera Maria Silvestri Cruz - Mestre - (UNESC)

Dedico a todas as pessoas que por pequenos ou grandes gestos me ensinaram que todos os nossos sonhos são possíveis, basta querermos e acreditarmos que com persistência eles irão se concretizar.

AGRADECIMENTOS

Com carinho dedico meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente a **Deus** por me dar forças, saúde e sabedoria, para realização deste trabalho.

À minha **mãe Mara** e ao meu **irmão Lucas**, que durante todos os anos me deram coragem para lutar por essa conquista.

Aos meus **Avós** Adalberto e Cacilda que tornarem esse meu sonho possível.

À professora **Soraia**, por sua orientação e paciência e que te tantas maneiras me demonstrou o caminho do conhecimento.

A banca examinadora Júlia Hélio Lino Clasen, Vera Maria Silvestri Cruz e a coordenadora do Curso de Pedagogia Guiomar Bortot.

Enfim, à todas as **pessoas maravilhosas** que contribuíram de alguma forma, na realização desse trabalho, para que pudesse concluí-lo com sucesso.

Muito Obrigada!

“O brilhante futuro dos homens depende do empenho e dedicação dos que trabalham com educação”.

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho realizado enfoca os conflitos que a escola apresenta por consequência de sua relação distante com a família. Muitos pais acreditam que a escola é a responsável por toda a educação de seu filho, cobrando desta, muitas vezes, algo que ela não pode contribuir, sabendo sua função social depende da relação que a família tem em educar seu filho. Assim, seu objetivo central constituiu em compreender a percepção dos professores frente ao papel da família na educação dos filhos. Em um primeiro momento apresenta-se um referencial teórico com os seguintes itens, a História da Educação, em seguida a Educação como Responsabilidade do Estado, o Papel da Família e por fim o Papel da Escola. Nessa busca as leituras foram constante. Utilizou-se, como instrumento importante, a pesquisa de campo, por meio de questionários. Participaram de pesquisa para o presente trabalho, professoras do ensino fundamental, de uma escola privada e outra escola pública. Os resultados revelaram que as professoras esperam muito mais dos pais, e em seus longos anos de carreira não desistem que um dia irá se cumprir essa tão esperada parceria, e os conflitos ocorram com menos frequência.

Palavras-chave: Família. Escola. Parceria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CF/88 – Constituição Federal de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

PMC – Prefeitura Municipal de Criciúma

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	12
3 EDUCAÇÃO COMO RESPONSABILIDADE DO ESTADO	20
4 PAPEL DA FAMÍLIA.....	23
5 PAPEL DA ESCOLA	26
6 METODOLOGIA	29
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
7.1 Compreendendo o grupo pesquisado.....	31
7.2 As expectativas dos professores frente a educação familiar	32
7.3 Momentos no cotidiano escolar que a família não está cumprindo o seu papel.....	33
7.4 Compreendendo a visão do professor quando existe um trabalho integrado entre escola e família	35
8 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE.....	41

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a escola e a família é, sobretudo nos dias de hoje, uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e/ou gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. Este fato é evidenciado, por um lado, pelo expressivo número de pesquisas e publicações especializadas sobre o assunto, e, por outro, pela preocupação manifestada nos mais diversos fóruns (de reuniões escolares a fóruns nacionais e internacionais) pelos profissionais responsáveis por gerir simples unidades escolares ou complexos sistemas nacionais de ensino.

No campo das pesquisas acadêmicas, talvez a área que mais tem se voltado para o estudo e entendimento das relações entre escola e família seja, não por acaso, a Sociologia e, subalternamente, os estudos de políticas de educação. Discutindo seja temas clássicos, como o fracasso escolar, seja questões recentemente incorporadas, como as trajetórias escolares, os sociólogos da educação têm continuamente chamado a atenção para a implicação da instituição familiar com a escola.

Todos estes estudos e, mais ainda, a prática pedagógica dos professores e gestores da escola põem em evidência um fato: a forma e a intensidade das relações entre escolas e famílias variam enormemente, estando relacionadas aos mais diversos fatores (estrutura e tradição de escolarização das famílias, classe social, meio urbano ou rural, número de filhos, ocupação dos pais, etc.). Constata-se, também, um outro elemento: seja devido a mudanças pelas quais nas últimas décadas têm passado a família, seja em face das constantes e, às vezes, radicais alterações observadas na escola, bem como da consequente discussão (e incertezas) acerca do lugar dessas instituições na formação das novas gerações, observa-se hoje uma exaltação da necessidade de se estabelecer um efetivo diálogo entre a escola e a família.

Os professores e os gestores das unidades escolares alimentam, ainda, a ilusão de uma maior participação dos pais na escola, que seria resultado de uma ação formativa da escola em relação à família. Centrados em uma visão escolarizada do problema, eles não põem em dúvida o lugar construído para e pela

escola, em relação às demais instituições sociais, dentre elas a família.

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e assimilação de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, os valores, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Partindo deste pressuposto, elencou-se como problema desta pesquisa: Qual a percepção dos professores frente ao papel da família na educação dos filhos? E a partir desta problemática, tem-se as questões que nortearão a pesquisa: Quais as expectativas dos professores frente à educação familiar? Como os professores entendem o papel da escola? Em que momento no cotidiano escolar os professores identificam que a família não está cumprindo o seu papel? No entendimento dos professores há um trabalho integrado escola/família?

Sendo assim, o Objetivo geral desta pesquisa foi compreender a percepção dos professores frente ao papel da família na educação dos filhos. E para alcançá-lo, elencou-se objetivos específicos que são:

- Analisar as expectativas dos professores frente à educação familiar;
- Entender como os professores vêem o papel da escola;
- Perceber em que momento no cotidiano escolar os professores identificam que a família não está cumprindo o seu papel;
- Identificar se no entendimento dos professores há um trabalho integrado escola/família.

Este trabalho está vinculado à Linha de Pesquisa em Fracasso escolar versus Exclusão escolar que se propõe, entre outras questões, analisar a relação família X escola.

Para melhor compreender esta temática, este Trabalho de Conclusão de curso foi organizada em capítulos, sendo que após a introdução , tem-se o capítulo que trata da História da Educação, em seguida a Educação como Responsabilidade do Estado, o Papel da Família e por fim o Papel da Escola.

Apresenta-se ainda, na sequência, a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, a análise dos dados pesquisados sobre a percepção dos professores frente ao papel da família na educação dos filhos e, por fim, a conclusão apresenta os resultados obtidos com a pesquisa, as referências e o apêndice.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A história da educação perpassou por vários períodos. Para se entender esse processo no atual contexto histórico é preciso lembrar seus marcos fundamentais deste processo.

De início admite-se que o homem é um ser histórico, suas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrenta os problemas não só da vida coletiva como também da experiência pessoal.

Segundo Aranha (1998), a partir das relações que estabelecem entre si, os homens criam padrões de comportamento, instituições e saberes, cujo aperfeiçoamento é feito pelas gerações sucessivas, o que lhes permite assimilar e modificar os modelos valorizados em uma determinada cultura. É a educação, portanto, que mantêm viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência. Por isso, dizemos que a educação é uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre individuo e sociedade.

Neste contexto de acordo com Aranha (1998), surge a necessidade de o homem tem de reconstituir o passado, relatando e interpretando os acontecimentos em uma ordem cronológica e por meio da seleção daqueles considerados relevantes.

Inicialmente nas sociedades tribais, não acontece como se está acostumado, a existência da instituição escolar. A cultura global é transmitida de maneira informal pelos adultos, atingindo todos os indivíduos.

Segundo Clastre (apud ARANHA, 1998), explicar as sociedades tribais pelo que lhes falta, impede compreender melhor sua realidade e, em muitos casos, até tem justificado a atitude paternalista e missionária de levar o progresso, a cultura e a verdadeira fé ao povo 'atrasado'. Uma abordagem mais adequada, no entanto, consideraria esses povos diferentes de nós, e não inferiores. Mesmo porque, afinal, nem sempre ausência significa necessariamente falta.

Aranha (1998), complementa afirmando que nas comunidades tribais, as crianças aprendiam imitando os gestos dos adultos, nas atividades diárias e nas cerimônias dos rituais, as crianças aprendem 'para a vida e por meio da vida' sem que alguém esteja especialmente destinado para a tarefa de ensinar. A cuidadosa adaptação aos usos e valores da tribo, geralmente, é levada a efeito sem castigos.

Os adultos demonstram muita paciência com os enganos infantis e respeitam o seu ritmo próprio. Por meio dessa educação difusa, de que todos participam, a criança toma conhecimento dos mitos dos ancestrais, desenvolve aguda percepção do mundo e aperfeiçoa suas habilidades. A formação é integral, abrange todo saber da tribo, todos podem ter acesso ao saber e ao fazer apropriados pela comunidade. Portanto, a sociedade é homogênea, una e indivisível.

Os povos primitivos vivem em tribos em que as relações sociais ainda permanecem igualitárias. Com o desenvolvimento da técnica e dos ofícios especializados, a sociedade se torna mais complexa, ocorrendo à divisão das classes e o aparecimento do Estado. Surgem as primeiras civilizações no norte da África e na Ásia (Oriente Próximo, Oriente Médio e Extremo Oriente). Os Egípcios e outros povos da antiguidade constituem as civilizações fluviais, por se organizarem as margens dos rios, babilônios, hindus e chineses, outros povos como medas, persas e fenícios são civilizações florescentes no segundo e primeiro milênio a.C. apesar das diferenças entre essas civilizações, todas impõem governos despóticos de caráter teocrático, em que o poder absoluto do Rei ou do Imperador se sustenta na crença em sua origem divina. (ARANHA, 1998, p. 31).

Nestas sociedades tradicionalistas, as preocupações com a educação permeiam os livros sagrados que oferecem regras ideais de conduta e orientação para o enquadramento das pessoas nos rígidos sistemas religiosos e morais. Por serem conservadoras pretendem perpetuar os costumes e evitar a transgressão das normas. Daí o caráter religioso dos compromissos impostos e nunca discutidos.

Enquanto nas sociedades tribais o saber é difuso, acessível a qualquer membro nas civilizações orientais ao se criarem segmentos privilegiados, a população, composta por lavradores, comerciantes e artesãos, não tem direitos políticos nem acesso ao saber da classe dominante. (ARANHA, 1998, p. 33).

O período clássico (Séculos V e IV a.C.) representa o apogeu da civilização grega. A esplêndida produção nas artes, literatura e filosofia delinea definitivamente o que virá a ser a herança cultural do mundo ocidental.

Aranha (1998) diz que na Grécia clássica, ao contrario, as explicações predominantes religiosas são substituídas pelo uso da razão autônoma, da inteligência crítica e pela atuação da personalidade livre, capaz de estabelecer uma lei humana e não, mas divina. Surge, pois, a necessidade de elaborar teoricamente o ideal da formação, não o herói, submetido ao destino, mas do cidadão. O homem não está preso a um destino traçado, mas é capaz de projeto de utopia.

Por volta do século V a.C. é criada a palavra Paidéia que de início significa apenas criação dos meninos (pais, paidós, “criança”).[...] a Grécia clássica pode ser considerada o berço da pedagogia. A palavra paidagogos significa literalmente aquele que conduz a criança(a gogós, “que conduz”), no caso o escravo que acompanha a criança a escola com o tempo o sentido se amplia para designar toda teoria sobre a educação são os gregos, que ao discutir os fins da Paidéia esboçam as primeiras linhas conscientes da ação pedagógica e assim influencia por séculos a cultura ocidental. (ARANHA,1998, p. 41).

Nesse período, também, acontece o que os autores costumam chamar de ‘milagre grego’ a passagem do pensamento mítico para o racional e filosófico. Juntamente com essa transformação a escrita, a moeda, a lei e a polis, foram responsáveis por uma nova visão que o homem passa a ter do mundo e de si próprio.

De acordo com Aranha (1998), foram estas transformações que deram repercussão no ensino e nas teorias educacionais. De modo geral, a educação Grega está constantemente centrada na formação integrada, corpo e espírito, mesmo que, de fato, a ênfase se deslocasse, ora mais para o preparo esportivo, ora para o debate intelectual, conforme a época ou lugar. No início quando não existia escrita a educação era feita pela família, de acordo com a tradição religiosa, com o aparecimento da Aristocracia dos senhores de terra, de formação guerreira, os jovens da elite são confiados a preceptores. Com o aparecimento das póleis(cidade-estado) começam aparecer as primeiras escolas. No período clássico, sobretudo em Atenas, a instituição escolar já se encontra estabelecida, representando uma democratização da cultura, porém, ainda permanece elitizada atendendo aos jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza ou dos comerciantes enriquecidos.

“O ócio significa a disponibilidade de gozar de tempo livre, privilégio daqueles que não precisam se preocupar com a própria subsistência. Não por acaso, a palavra grega para escola (sholé) significa inicialmente ‘o lugar do ócio’.” (ARANHA,1998, p. 51).

Para complementar Monroe (1954) afirma o ideal grego de educação sofre significantes alterações no longo período que se estende desde os tempos heróicos até helenismo. Por pertencer a uma sociedade escravista, os gregos desvalorizam a formação profissional e o trabalho manual, enquanto a técnica se acha associada a prática dos estados, o cultivo interessado da forma física e a atividade intelectual permanece privilégio das classes ociosas.

Segundo Aranha (1998), a Grécia é o berço das primeiras teorias sofistas, isócrates exerce uma importante atuação, devido a polêmica com Sócrates, Platão e Aristóteles. Sendo que estes últimos não tenham influenciado a educação do seu tempo, tanto quanto opositores, sua contribuição para a pedagogia, se encontram na contribuição de natureza humana, cuja característica fundamental é a racionalidade.

Essa concepção essencialista dura longo período. Segundo Suchodolski (apud ARANHA 1998), Rousseau (séc. XVIII) representa a primeira tentativa radical apaixonada de oposição fundamental à pedagogia da essência e de criação de perspectiva para uma pedagogia da existência. Os principais traços da antiguidade romana são considerados desde seus primórdios, no século VIII a.C. até a tomada o Império Ocidente pelos bárbaros no século V d.C. Destaca-se inicialmente uma educação rural, militar e rude, até os requintes da formação enciclopédica, aliada com a cultura grega embora literária e com ênfase na retórica. Neste contexto em todos os momentos observa-se presente a lentidão no processo de aprendizagem, levado a efeito com métodos penosos de memorização, juntamente com castigos.

Segundo Aranha (1998) não foi somente Roma que fez da história um repositório de virtudes exemplares. Sempre houve, desde Homero, alguém por imitar, de Aquiles a Isócrates, passando por Alexandre ou outro grande antepassado. Esse laço entre o herói e a criança, entre o exemplo e o futuro cidadão é o mestre que tece.

Era costume romano as famílias ricas recorrem as amas-de-leite rigorosamente escolhidas, que deveriam não só amamentar, mas também banhar, cuidar e até dormir com o recém nascido, o que não se comenta que a ama é também mãe, e que seu próprio filho deveria ser desmamado alimentado com papa sem leite, relegado a segundo plano. (ASSA apud ARANHA 1998, p. 62)

A idade média abarca um período de mil anos, desde a queda do Império romano (476) até a tomada de Constantinopla (1453). No pensamento medieval não encontra-se propriamente pedagogos no sentido escrito da palavra. Aqueles que refletem sobre as questões pedagógicas, o fazem movidos por outros interesses, considerados mais importantes, como a interpretação dos textos sagrados, a preservação dos princípios religiosos, o combate à heresia e a conversão dos infiéis. A educação surge com outro objetivo: a salvação da alma e a vida eterna.

Predomina a visão teocêntrica, a de Deus como fundamento de toda a ação pedagógica e a finalidade da formação do cristão. (ARANHA, 1998).

Existia um modelo de homem, uma essência a ser atingida para a maior glória de Deus, baseados nos ideais ascéticos, com objetivo de atingir a mais alta espiritualidade. Por serem os únicos letrados os clérigos se apropriam do tesouro cultural greco-latino. A produção intelectual da antiguidade no entanto, apresenta diferenças profundas do pensar cristão. O espiritualismo cristão se contrapõe ao intelectualismo e ao naturalismo grego. (MONROE, 1954, p. 37)

As técnicas de ensinar, a maneira de pensar rigorosa e formal cada vez mais determina os passos do trabalho escolar. Monroe (1954) critica esse costume que prevalece durante séculos pois, a idéia de organizar o estudo conforme o desenvolvimento mental do estudante surge muito tempo depois: “A matéria era apresentada à criança para que a assimilasse na ordem em que só poderia ser compreendidas pelas inteligências amadurecidas”. (MONROE, 1954, p.21)

Para complementar Monroe (1954) afirma que comparado com a Idade Média é impressionante o interesse pela educação no Renascimento. Educar torna-se questão de moda e uma exigência, segundo a nova concepção de homem. O aparecimento dos colégios, do século XVI até o VXIII surge juntamente com uma nova imagem da infância e da família. Na Idade Média misturam-se adultos e crianças de diversas idades na mesma classe, sem uma organização de separá-los em graus de aprendizagem. Foi a partir do Renascimento que esses cuidados começam a ser tomados. A meta da escola não se restringiu a transmissão de conhecimentos, mas a formação moral propondo uma hierarquia diferente submetendo-as a severa disciplina, inclusive a castigos corporais. Os programas continuam a se basear na educação formal de gramática e retórica como na Idade Média. Não é abandonada a ênfase no estudo do latim, com frequente descaso pela língua materna.

Ocorreram profundas alterações referindo-se a toda pedagogia antiga como essencialista, porque tinha como função realizar o que o homem deve vir a ser, a partir de um modelo segundo a concepção de uma essência humana universal. No Renascimento, se tem uma percepção, numa recusa a submissão aos valores eternos e aos dogmas tradicionais.

Segundo Bello (2001), com a chegada do primeiro governador geral ao Brasil, Tomé de Sousa em 1549 acompanhado por diversos jesuítas, liderados por

Manoel da Nóbrega, os missionários fizeram funcionar na recém formada cidade de Salvador, uma escola de ler e escrever. É o início do processo de educação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões espalhados pelo Brasil até ano de 1759, quando os jesuítas são expulsos pelo Marques de Pombal. Nesse período de 210 anos ocorre uma ação maciça na catequese dos índios, educação dos filhos dos colonos, formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra.

Aranha (1998) afirma que, fica a cargo de Anchieta a organização de uma gramática Tupi. Os padres aprendem a língua TUPI GUARANI e elaboram os textos usados para a catequese.

“Por mais que tenham sido admiráveis a coragem, o empenho e a boa fé desses missionários, hoje a luz dos estudos de antropologia é inevitável admitir que iniciaram a desintegração da cultura indígena.” (ARANHA, 1998, p. 102)

Com a expulsão dos jesuítas, apareceram as conseqüências, de um ensino precário afetando a cultura e a educação, devido ao atraso da reforma pombalina. Para oferecer uma solução para educação, Portugal instituiu o ‘subsídio literário’ para manutenção dos ensinos primário e médio. Segundo Bello (2001), o subsídio era uma taxaço, ou um imposto, que incidia sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente. Além de exíguo, nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos a espera de uma solução vinda de Portugal. Os professores geralmente não tinham preparação para a função, eram improvisados e mal pagos. Nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam ‘proprietários’ vitalícios de suas aulas régias. O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação.

Para Bello (2001), muitas contradições sociais e políticas ocorreram no país na chegada da família real em 1808, pois modificações consideráveis foram feitas. Rua pacatas passam a ser invadidas por cortesãos, houve a abertura de portos, a instalação da imprensa, construção de museus, bibliotecas e academias. Medidas adotadas que, de certa forma, rompe o pacto colonial. O poder matém o privilégio da classe, valorizando o ensino superior, tendo a perda dos demais, e a desprezada educação da mulher.

No século XX, em 1889 inicia a Primeira República com a queda da monarquia. A Primeira República proclamada adotou o modelo político americano baseado no sistema presidencialista, designado República Oligárquica. Segundo Aranha (1998), oligarquia significa um governo de poucos, indicando que a escolha dos governantes não é propriamente democrática, mas controlada por uma elite.

Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica. Esta Reforma foi bastante criticada: pelos positivistas, já que não respeitava os princípios pedagógicos de Comte; pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico. (BELLO, 2001, p. 6).

Depois da Segunda Guerra Mundial, começa a Segunda República chamada de República Populista. Conforme Aranha (1998), surge as classes populares urbanas, resultantes da industrialização, insatisfeitas com suas condições de vida e trabalho. O governo populista revela-se ambíguo, se por um lado reconhece os anseios populares e reage sensivelmente as pressões, por outro desenvolve uma política de massa, procurando manipular e dirigir essas aspirações.

Para Bello (2001), ainda na segunda república, a Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu ao Brasil investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir na educação.

Por outro lado segundo Bello (2001), nesta época, propôs-se que a arte, a ciência e o ensino fossem livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e também se dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

Na atual Lei Maior, a de 1988, a educação foi idealizada como um direito de todos, ou seja, universal, gratuito, democrático, comunitário e de elevado padrão de qualidade.

Além dos dispositivos da Constituição referentes à educação (artigos 205 a 214 e passagens de outros, como o artigo 5º, 6º e o 227), há vasta legislação infraconstitucional acerca do assunto. A LDB da Educação Nacional, os atos

normativos do CNE - Conselho Nacional de Educação, o ProLei - Programa de Legislação Educacional Integrada e o PNE - Plano Nacional de Educação, dentre outras normas, constituem essa legislação. (BELLO, 2001)

Sobre a legislação infraconstitucional, a atual LBD, assegura a garantia da educação, em seu art. 5º:

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério público, acionar o Poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1996, p.4)

Finalizando o capítulo Bello (2001) afirma que a Lei Maior de 88 exige uma educação plena e de qualidade. A legislação infraconstitucional completa o instrumental normativo para alcançar esse direito público subjetivo de todos os brasileiros. Contudo, a mera existência desse abrangente aparato legal não tem muita validade, caso ele não seja aplicado de fato. A própria sociedade deve inspecionar e cobrar corretas políticas educacionais por parte dos governos. Toda a comunidade deve clamar por vagas na escola, por infra-estrutura adequada ao aprendizado pleno e por qualidade no ensino. A cidadania é construção cotidiana, dela depende a educação, e vice versa.

Enfim, a prestação de educação plena é urgente para o desenvolvimento do Brasil. Logo, entes públicos, privados, famílias e sociedade devem cobrá-la uns perante os outros. O direito à educação é exigibilidade constitucional. Como iremos ver no próximo capítulo o dever que o estado possui, de uma educação para todos.

3 EDUCAÇÃO COMO RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Ao falarmos de conflitos em relação a família e a escola, enfatiza-se o desconhecimento do cidadão de seus direitos e deveres com a legislação, uma vez que esta os determina.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 - CF/88, capítulo III, Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, fica visível que a família não pode simplesmente achar que a escola tem que fazer o papel dela. (BRASIL, 1988, p. 152).

Analisando a CF/88, entende-se a educação como direito de todos, a escola e a família, necessitam saber que uma complementa a outra. Obrigatoriamente ambas são instituições parceiras, e devem pensar em seus filhos/alunos no sentido de tornar seu espaço físico e social um lugar agradável, oferecendo a eles, princípios e benefícios.

Crianças e adolescentes devem usufruir e lutar por todos os seus direitos, principalmente, o da educação, pois ele visa o desenvolvimento de sua pessoa, tornando-a cidadã.

Assegurados pelos seus direitos, como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, parte de um pressuposto que crianças e adolescentes são cidadãos, fica reconhecido, independente da sua condição social, crianças e adolescentes são protegidos por uma democracia participativa com interesses para seu melhor desempenho.

Conforme o capítulo IV, Art. 53 e 54 do ECA:

Todos tem direito de [...] Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de matéria didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde. (BRASIL, 1990, p. 23).

Assim, as políticas nacionais devem centrar seu foco de discussão na função social da escola, que consciente de que sua função se coloca a disposição

do aluno, oferecendo e garantindo acesso a educação. Enfrentando, o desafio que se coloca ao sistema de ensino e a sociedade brasileira, é que esses direitos garantidos em lei sejam cumpridos, bem como garantidos um sistema educacional que atenda as necessidades desses alunos.

O ECA pressupõe também, o direito de que toda criança e adolescente deva ser criado e educado no seio de sua família. Observando os aspectos legais como de fundamental importância para um melhor entendimento desta criança e adolescente, sabemos em quem esta pode apoiar-se, para ter segurança em sua caminhada na vida, tendo a família como a base principal dos pilares.

A escola contribui neste papel, pois conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Art 13, inciso VI, os docentes (dentre tantas outras obrigações) devem incumbir-se de “[...] colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”. (BRASIL,1996, p.14)

Os profissionais da Educação têm muitos desafios para atingir a educação como direito de todos. Um deles é garantir que os alunos tenham mais que acesso ao ensino regular, tendo principalmente qualidade de ensino. Então, se a instituição escolar atual, em princípio, privilegia uma formação emancipadora, por ser a escola um espaço onde nos construímos individualmente e coletivamente como cidadãos deste mundo, então é preciso ser um lugar onde se efetive uma educação escolar, onde todos participem das tomadas de decisões neste ambiente escolar, (direção, professores, pais, alunos e funcionários).

Sendo assim, profissionais da educação e pais, ao participarem da vida escolar, educam e são educados na construção de um bem público comum, construindo atitudes com todos os segmentos da escola, como participação, responsabilidade, valores, enfim, ideais em comum, que definirão qual a função social da escola e quais as responsabilidades das famílias na formação da criança cidadã.

A percepção de cidadania implica em refletirmos acerca dos direitos e deveres que cada um de nós possui no convívio social, e conseqüentemente essa reflexão nos mostra que precisamos parar para avaliar que regras sociais estão sendo introjetadas por nossas crianças no decorrer de seu desenvolvimento emocional.

O conceito de educação nos remete a um questionamento: Quem deve educar nossas crianças? Todo o ambiente que as cerca, mas principalmente aqueles que lhes são, em geral, prioritariamente significativos - a família e a escola.

4 PAPEL DA FAMÍLIA

A palavra família, tem como significado o conjunto de pessoas, formado pelo pai, mãe e filhos. Pessoas que tradicionalmente possuem um parentesco, que moram na mesma casa e particularmente possuem uns com os outros confiança e afetividade.

Hoje esse conceito mudou, lidar com a família não é poder falar apenas sobre o tradicional, sendo assim refletindo sobre a organização familiar, podemos dizer que falar de família é falar sobre um novo contexto, um contexto de diversidade, pois temos famílias intactas, famílias em processo de separação, famílias monoparentais, famílias reconstruídas, famílias com filhos adotivos enfim uma diversidade em famílias. (SOUZA; JOSÉ FILHO, 2008).

Segundo Fernández (apud Souza e José filho 2008), os diferentes formatos da constituição familiar não interferem no tipo de relação que o aluno mantém com a escola e com seu processo de aprendizagem, mas nas relações que seus membros mantêm entre si.

O modelo da família como historicamente se constituiu foi a família intacta, onde não tenha sofrido nem um processo de separação, hoje em dia é apenas uma forma de viver em família. Sendo que muito nela tenha mudado, pois nos tempos antigos a mulher tinha como responsabilidade apenas cuidar da casa e dos filhos e manter o vínculo matrimonial ao longo de sua vida.

Complementando Souza e José filho (2008) enfatizam que houve uma mudança radical no papel da mulher, pois por suas conquistas no mercado de trabalho e o aumento no custo de vida, se viu como colaboradora com o sustento da família, fato este que reflete na educação dos filhos. Sendo assim essa mãe fica mais tempo fora de casa e os filhos passam a frequentar escolas e creches mais cedo, ou ficam em casa com babás, sendo estas alternativa encontradas pela mãe.

Ferree (apud Souza; José ilho 2008), afirma que o trabalho doméstico vem se desvalorizando. Os filhos e a casa não são mais a razão de ser da mulher urbana contemporânea, sendo o planejamento familiar um item que merece ser analisado, principalmente reduzir a quantidade de filhos por contingência econômica.

Como consequência, a criança passa a conviver menos com os familiares, sendo mantida enclausurada na escola. Assim a escola tenta fazer o seu

papel, com a vontade de preparar o indivíduo para exercer seu caminho social, minimizando o papel da família no processo educacional dos filhos.

“Com isso, as instituições são vistas como substituição, pois enquanto os pais e as mães estão engajados no mercado de trabalho, não possuem condições de dedicarem-se para os cuidados com os filhos.” (RIBEIRO, 1999, p.41)

A função de educar, com encargo educativo no âmbito familiar, é da família. Está e a responsável pela ação socializadora, constituindo a mediação entre a criança com a sociedade, o mundo lá fora, onde a criança terá que enfrentar. Internalizando os aspectos ideológicos que vigora nas relações familiares.

Para Ribeiro (1999), a família é o primeiro grupo social da criança, onde ocorre a construção da identidade do indivíduo, pois é por intermédio desta, que a criança receberá seu nome, sua identificação, diferenciado-a de outros sujeitos. A criança é considerada como o grupo de humano primário, mais importante na vida do homem. Desde seu nascimento internaliza os valores da família, com a qual convive.

Ainda sobre o assunto Souza e José Filho (2008) afirmam, que o ambiente familiar caracteriza-se como sendo o ponto primário, é onde ocorre a relação direta com seus familiares, onde a criança cresce, atua, desenvolve e expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições, a primeira imagem de si mesma e seus primeiros modelos comportamentais, que vão inscrevendo no interior dela e configurando seu mundo interior. Isto contribui para a formação de uma base de personalidade, além de funcionar como fator determinante no desenvolvimento da consciência.

Como a família é uma instituição social, ela possui estruturas históricas, sociais e culturais as quais passaram por transformações com o passar do tempo. Mas mesmo com essas mudanças, seu desenvolvimento é de fundamental importância para a criança, tanto no sentido da formação integral, como no sentido da formação educacional.

Carinho, proteção e atenção dos pais são necessidades da criança, e se em seu ambiente familiar ela não se satisfizer, procurará sanar essa falta em seus professores e colegas, criando situações para chamar a atenção toda para si. Assim em seu primeiro contato com a escola ela sentirá dificuldades na adaptação, pois há um regime de igualdade no tratamento para com as crianças. Isso poderá até mesmo refletir na aprendizagem, apresentando dificuldades.

As experiências e sentimentos brotados no decorrer do relacionamento cotidiano familiar são de grande influencia no comportamento da criança, podendo orientá-la quando se tornar aluno e assim funcionar como base futura para a interação com companheiros escolares. (SOUZA; JOSÉ FILHO, 2008, p. 3).

Ribeiro (1999) complementa dizendo que o primeiro ano da vida escolar é fundamental. A criança passa por uma fase de transição, pois para ela existia apenas um ambiente, que era o familiar, e agora ela faz parte também de outro ambiente, o escolar. Sendo assim os pais devem procurar sempre auxiliar os filhos na escola, desde o primeiro momento, mostrar-se interessado, valorizando tudo aquilo que a criança faz, assim ela se sentirá segura para caminhar para um sucesso na sua vida escolar futura.

Neste contexto Souza e José filho (2008) ressaltam que a família deve ser a primeira a ensinar para os filhos, as situações do cotidiano, preparando assim seu filho para a vida. Sendo que seu papel fundamental é de oferecer possibilidades para que seu desenvolvimento ocorra de forma segura e sem traumas. Assim a família também necessita estar segura ao mandar os filhos para escola, pois esta o receberá como aluno.

Como afirma Medina (1974), a família coloca 'filhos' na escola e não 'alunos', mas esta recebe alunos e não filhos. Se pensarmos em parceria entre essas instituições, é necessário compreender suas diferenças, pois a família 'lida' com o filho 24 horas por dia, durante a semana toda, já a escola 'lida' com os alunos por período determinado e, normalmente, apenas algumas horas em 5 dias da semana.

É consenso que a família imprime as primeiras disposições mentais com as quais a criança vai perceber o mundo social, que mais tarde vão ser complementadas e formalizadas pela escola. Nota-se que para serem desenvolvidos e interiorizados, os comportamentos infantis não prescindem da atenção dos familiares, por meio de exemplos e repetições constantes, até se tornarem uma norma de conduta. O controle dos instintos humanos requer uma família disponível e consciente de sua responsabilidade para preparar a criança a assumir seu lugar na sociedade, o que personaliza a cultura de um povo ao longo das gerações. (TIBA, 2002).

5 PAPEL DA ESCOLA

Como a família, a escola, também é uma instituição, que não educa sozinha e oferece diferentes possibilidades de aprendizagens, possibilitando a criança viver momentos jamais vivenciados com a família, pois existe toda uma estrutura pensada para ela. Porém, nem tudo iniciou assim, pois foi a partir do século XVI que a escola se tornou uma instituição. A escola possuía uma disciplina rigorosa e classes numerosas, sendo que ali se formariam todas as gerações.

“No século XVII, a escola foi pensada apenas como um assistencialismo para o apoio à família. As escolas necessitavam auxiliar a família, pois estas eram vistas como incompetentes e não tinham tempo para educarem seus filhos.” (LOPES, FARIA FILHO, VEIGA, 2000, p. 37).

Diferente dos séculos passados, a escola no decorrer da história, mostrou que seu papel de assistencialismo não pode mais ocorrer dentro da instituição, ou seja, sua função não é criar os filhos de pais que não tem tempo para eles.

Segundo Cunha (apud LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000), a escola é o segundo lar, como se a instituição formal de ensino fosse uma extensão pública dos cuidados familiares. Nada mais falso! A escola jamais foi norteadada pelos mesmos princípios educacionais vigentes no lar.

A escola tem como dever a formação profissional e principalmente a integração da criança ao mundo. Porém cabe aos pais a realização de educações domésticas e compreender, claramente, o papel da escola.

De fato a escola é uma instituição de educação, mas com valores e conhecimentos não suficientes para uma total educação, pois ela complementa a educação familiar estimulando ações diferentes do que a criança necessita receber em casa.

A escola para exercer sua função social, deve exercer uma série de trabalhos organizados com o seu coletivo. Levando sempre em conta o contexto histórico onde está inserida e dos alunos que atende. Sampaio (apud SANTA CATARINA, 1998, p. 177), contribui dizendo “[...] há conhecimentos, atitudes e valores que esperamos preservar e transmitir via escola, os quais são produtos de um processo de relação no interior da cultura de uma sociedade”.

Diante disso, fala-se em trabalho coletivo, uma visão que a escola deve ter para trabalhar com sociedade e o mundo que quer formar, tendo bem claro a concepção que se deve fundamentar.

Quando falamos em escola e trabalho coletivo, refere-se também aos membros da comunidade e em especial a família do educando. Sendo de suma importância a participação destes membros, pois a função de educar também é do interesse dessas pessoas e trabalhando juntos como uma equipe, torna-se uma construção coletiva.

A escola é uma das instituições criadas como instrumento de atuação sobre os indivíduos, tendo em vista dispô-los a certos comportamentos, atitudes, enfim a determinadas práticas sociais, atendendo a interesses posto historicamente; assim, ela não foi inventada nem tua sob a aura do consenso, ao contrário carregou sempre consigo o caráter das relações sociais pelas quais foi construída e reconstruída. (SANTA CATARINA, 1998, p.76).

Cunha (apud LOPES, FARIA FILHO, VEIGA, 2000) enfatiza que ao longo de sua evolução, a escola tornou-se mais do que uma simples instituição de apoio a família, ela se posicionou contra a família, achando que os pais não tinham direito de se envolver tanto, pois poderiam atrapalhar os trabalhos elaborados pelos professores. Hoje possuem, uma visão completamente diferente, compreendem a necessidade da escola com relação a participação da família no processo ensino-aprendizagem das crianças.

A escola tem o dever da formação de um cidadão, levando o aluno a aprender, neste sentido precisa ter presente à educação familiar, além disso, necessita também de uma equipe profissional preparada para receber seus alunos, incentivá-los fazendo participar da vida escolar, para um bom desempenho escolar.

Está na mão do professor instigar o aluno a querer mais, com o apoio da escola e de uma prática pedagógica voltada para a necessidade de seus alunos. Nesta 'prática educativa' segundo Freire (1996, p. 34), deve-se "desenvolver um caráter formador, propiciando relações, treinando a experiência do ser social que pensa, se comunica, que tem sonhos que tem raiva e que ama". Baseado nessa filosofia, o educador deve dar a devida importância à parte social do aluno, porque é nela que ele vive sua realidade dia-a-dia, é nela que ele desenvolve seus instintos e sua indisciplina pode.

Freire (1996), também fala do caráter, das relações, da experiência social, da comunicação, dos sonhos, da raiva e do amor, que devem ser desenvolvidos junto à prática educativa, acredita que o educador deve conhecer o dia-a-dia do aluno, porque, segundo ele, é nessa realidade que o aluno desenvolve seus instintos e desabrocha a indisciplina.

Contribuindo Freire (1996), ressalta que ensinar não é transferência de conhecimentos e sim, 'é construção deles'. O educador não pode esquecer que o aluno é um ser humano inacabado, e só a partir dessa visão que ele irá entender que o aluno precisa se desenvolver num ambiente de liberdade.

Conforme Paro (2000), se acreditarmos que o principal papel da escola é o desenvolvimento integral da criança, devemos considerá-la em suas várias dimensões: afetiva, ou seja, nas relações com o meio, com as outras crianças e adultos com quem convive; cognitiva, construindo conhecimentos por meio de trocas com parceiros mais e menos experientes e do contato com o conhecimento historicamente construído pela humanidade; social, freqüentando não só a escola como também outros espaços de interação como praças, clubes, festas populares, espaços religiosos, cinemas e outras instituições culturais; e finalmente na dimensão psicológica, atendendo suas necessidades básicas como higiene, alimentação, moradia, sono, além de espaço para fala e escuta, carinho, atenção, respeito aos seus direitos.

6 METODOLOGIA

Neste capítulo, exemplifica-se ao leitor quais procedimentos foram utilizados no decorrer da pesquisa, ou seja, qual metodologia foi adotada e porque se fez necessária. Portanto, cabe descrever o conceito de pesquisa adotado no presente trabalho, que segundo a definição de Minayo (1994).

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 1994, p.17)

Para a realização da mesma, foi utilizado o método dialético, que vê o ser humano como um ser histórico e social. Para Demo (1985, p. 87) “A dialética acredita que a contradição mora dentro da realidade”. Foi com esse pensamento que se resolveu investigar a relação família e escola, pois se acredita que ambas compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão

Para atingir os objetivos desta pesquisa e responder os questionamentos apresentados, os dados foram levantados e analisados de forma qualitativa, onde foram compreendidos, avaliados e interpretados e não meramente medidos.

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo de natureza social e não tende a quantificação. Normalmente são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para atender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas. (GIL, 1991, p.32)

Para o alcance de seu objetivo, a pesquisa foi classificada em exploratória e descritiva. Exploratória, pois foi desenvolvida com “levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 1991, p.45). Foi enriquecida com a pesquisa descritiva que, visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre

variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, questionários e observação sistemática (GIL,1991).

A técnica utilizada foi a pesquisa de campo, pois as informações coletadas e as investigações foram feitas por meio de aplicações de questionários na tentativa de responder ao problema “Qual a percepção dos professores frente ao papel da família na educação dos filhos?”.

Na pesquisa foram envolvidos nove professores das séries iniciais do ensino fundamental, sendo cinco de uma escola da rede particular e quatro de uma escola da rede pública do município de Criciúma, que responderam a um questionário contendo uma questão fechada e cinco questões abertas.

Para uma melhor identificação, nos referiremos as professoras com as letras/números P1, P2, P3, P4 e P5 da rede particular e P1, P2, P3 e P4 da rede pública.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Propomos realizar esta pesquisa em uma abordagem qualitativa, pois não se fundamenta em critérios numéricos, questões preocupantes foram respondidas por professoras de uma escola particular e outra municipal, sendo que acreditamos em uma realidade diferenciada, pois uma escola se diferencia da outra, pelos alunos que atende e serviços que são oferecidos.

Para isso, utilizamos os dados coletados, um questionário (em apêndice), entregue a coordenação das escolas e repassado para as professoras, sendo que em uma das escolas, o contato com as professoras foi maior assim consequentemente podemos obter maiores informações.

7.1 Compreendendo o grupo pesquisado

O grupo pesquisado é composto por nove professores das séries iniciais do ensino fundamental, sendo cinco de uma escola da rede particular e quatro de uma escola da rede pública do município de Criciúma, referidas neste trabalho pela letra P.

Ao serem questionadas sobre sua formação observamos que todas afirmaram ter graduação em Pedagogia, sendo que seis delas possuem especialização na área da educação e apenas um professora é pós-graduada em outra área não relacionada com a educação.

Em relação a pergunta referente ao tempo de trabalho na área da educação, este varia entre nove a vinte e cinco anos de atuação nas séries iniciais.

Diante da caracterização quanto ao “conhecer os pais ou responsáveis dos seus alunos”, percebemos nas respostas que em sua maioria conhecem os pais ou responsáveis de seus alunos, mas não possuem um vínculo de aproveitamento desejado para uma educação escolar qualificada. Enfatizando que quando maiores os alunos, menor a comunicação com os pais.

7.2 As expectativas dos professores frente a educação familiar

Quando questionadas sobre suas expectativas frente a educação familiar, apenas uma professora da rede particular possui uma expectativa positiva, acreditando que os pais devem sempre acompanhar os filhos, e estarem em contato com a escola, se preocupando com a educação das crianças dando os limites necessários.

Quatro professoras da rede de ensino público e uma da rede particular, não possuem mais expectativas, assumem que a cada ano que passa o descaso é maior e com claras palavras dizem que a “coisa é feia” e que esperam que no futuro a situação mude para melhor. As outras 3 professoras da rede particular, demonstraram desânimo referente ao assunto, mas ainda com alguma expectativa de que os pais não deixem a educação de seus filhos virar segundo plano devido a sua rotina diária (trabalho), impondo mais limites e responsabilidades em seus filhos assim acreditam que o rendimento escolar terá um melhor aproveitamento.

Essas professoras parecem entender o que realmente está ocorrendo no processo educacional, um acúmulo de responsabilidades para professores e escolas, e os pais visando apenas o compromisso de manter seu filho nesta instituição

“Quando os pais são distantes da escola é preciso trabalhar antes os alunos para convencê-los da importância da presença dos pais nas reuniões, de modo que passem a insistir em casa, motivando os pais a comparecer.” (TIBA,1998, p.64)

Quando falamos com os professores sobre expectativa na educação familiar, foi claro o desânimo da maioria delas, conseqüentemente afetando no processo ensino-aprendizado, desvalorizando a dedicação e capacidade dos professores, ao preparar-se para educar seus filhos, sendo que são em momentos fundamentais que a família deixa a desejar.

A educação do ser humano inicia na família desde o momento em que ele nasce, e a continuidade estende-se na escola, que assume uma participação fundamental que contribui para a educação familiar, mas não deve exercer esse papel, sendo que é extremamente importante que seja da família, pois não adianta a escola atribuir a educação de seus alunos aos respectivos pais nem os pais exigirem

da escola tal função. A situação atual é conflitiva e temos de ajudar a resolvê-la, para o benefício de uma geração, pois a educação virou uma batata quente que ninguém quer segurar. (TIBA , 2002)

7.3 Momentos no cotidiano escolar que a família não está cumprindo o seu papel

Indagados sobre os momentos que o professor mais sente falta da família, todas as professoras 'foram diretas', sendo que cada uma citou momentos diferenciados, mas cada qual com seu devido valor.

P1, P2 e P4 da rede particular enfatizam que são nos acompanhamentos de bilhetes, eventos, reuniões e palestras que a escola promove. E vagamente são levadas corretamente as lições básicas que devem ser feitas em casa, como compromissos de levar matérias, lições de casa e até mesmo na frequência escolar, dizem que por serem crianças "não tem problema em faltar aula".

Quanto à participação da família na escola, observamos que os pais estão deixando a desejar no cumprimento de sua função em relação à vida escolar de seu filho. Desta maneira, os filhos não apresentam muitas vezes os resultados desejados, sendo assim eles precisam se comprometer e participar mais da escola mesmo em casa contribuindo significativamente, priorizando uma educação de qualidade. Como afirma Tiba:

"Ao participar, os pais sentem-se pertencer à escola, passam a ter um envolvimento afetivo com ela. Sofrem quando algo não vai bem, comemoram as vitórias. Tomam parte não só da educação dos próprios filhos, mas também dos filhos dos amigos." (TIBA, 1998, p.165)

Apenas uma professora da rede particular P3 sente descaso na responsabilidade de educar, sendo que transferem tudo para a escola e minimizam suas obrigações de pais.

Entretanto podemos observar que diante a opinião da professora, os pais não deixam apenas a desejar no momento da educação escolar, mas também com a educação familiar, contribuindo que em um ambiente onde não ocorrem atos afetivos, diálogos, compreensão essa família não apresentará bons frutos diante de uma educação de qualidade e no processo-ensino aprendizagem, pois tudo se inicia

na família. Conforme Tiba (1988) Uma família que só exige da escola sem contribuir em nada está educacionalmente aleijada.

E outra professora a P5 da rede particular sente uma necessidade da falta de incentivo, da conversa sobre a escola ao chegar em casa, perguntando: como foi seu dia, o que você mais gostou de fazer na escola, você teve alguma dificuldade, olhar seus cadernos ao chegar em casa, elogiar seus trabalhos, motivá-los a estudar contribuindo para com sua auto-estima.

Porém, enfatiza-se que não são apenas nos momentos do auxílio nas tarefas escolares contando com a qualidade do processo ensino-aprendizagem, mas também a consideração e valorização que a deve existir no desempenho da família, mostrando interesses no que seu filho faz.

Para Tiba (2002) Quando a escola, o pai e a mãe falam a mesma língua e tem valores semelhantes, a criança aprende sem grandes conflitos e não quer jogar a escola contra os pais e vice-versa.

Na rede pública P1 e P2, dizem com respostas curtas que tudo o que os filhos necessitam é de auxílio em casa, como estudar para as avaliações e tarefas.

Sendo que neste contexto já visto anteriormente, os pais acreditam que seus deveres são mais importantes que os deveres de seus filhos, com uma visão de não colaborarem com sua educação, pois realmente o pai que trata a educação de um filho como um descaso, certamente colherá frutos que não desejaria, ou até mesmo acontecem muitos casos de nem se quer importar-se com isso.

Certos pais pouco se incomodam com a escola. O que os mobiliza é o interesse pelo filho. São ingênuos se não conhecem a importância da escola para a criança, ou ignorantes, no sentido truculento, se sabem dessa importância mas só se movem quando o filho está em apuros. (TIBA, 1998, p.163)

Já P3 e P4 da rede pública, sentem uma maior necessidade no comportamento em classe, que por suas visões não há sequer qualquer diálogo em questão de respeito e responsabilidades em casa, pois os alunos deixam a desejar faltando com respeito com o professor e assumindo que não querem e não gostam de estar ali, por esses motivos não contribuem com as atividades oferecidas pelos professores. E no momento de precisão os pais sequer comparecem a escola.

Um passo tão importante na vida de um ser humano e com um mau entendimento dos pais na visão da escola, ou até mesmo de filhos, as crianças

crecem com olhares desgostosos para com a educação que é fundamental na vida de todos.

Acredita-se que esse momento seja o mais preocupante, não enfraquecendo os outros, pois todos necessitam de um olhar amplo de suma importância para educação. Mas crianças de serieis iniciais faltar com respeito a adultos e desde a infância não valorizar a educação é muito preocupante.

Percebemos que os pais muitas vezes são os que mais necessitam de ajuda. Como coloca PARO (2000) que geralmente, os pais das crianças que mais precisam de ajuda são justamente aqueles que também necessitam de um grande auxílio, são aqueles que não comparecem nas reuniões. Isso reforça que quando a criança não tem acompanhamento em casa, se desempenho é mais lento e até mesmo de desinteresse.

Acrescentando TIBA (1998) que somente os pais problemáticos se recusam a aceitar auxílio externo e costumam responsabilizar a escola pelos erros na educação de seus filhos.

Entretanto podemos observar que na maioria das vezes, os pais deixam a desejar sendo necessário refletir que a escola sempre contribua para com essas crianças, que ao menos, em minoria de seu tempo vivenciam uma educação de qualidade, assim a escola por sua vez jamais pode desistir de ser fundamental na vida dessas crianças.

7.4 Compreendendo a visão do professor quando existe um trabalho integrado entre escola e família

Em geral todas as professoras acreditam que seria ideal uma parceria mais forte nessa rica relação, nesse trabalho integrado entre escola e família.

“Se a parceria entre família e escola for formada desde os primeiros passos da criança, todos terão muito a lucrar. A criança que estiver bem vai melhorar e aquela que tiver problemas receberá a ajuda tanto da escola quanto dos pais para superá-los.” (TIBA, 2002, p. 183)

Todas as professoras que participaram da pesquisa da rede particular acreditam que na medida do possível tentam fazer o máximo para desenvolver a

continuidade do trabalho realizado na escola, em casa. E que dessa forma pode haver uma mesma linguagem da família com a escola, dando assim um sentido e significado para a educação.

Neste contexto, sabemos que a escola e a família fazem parte da vida da criança sendo impossível separá-las. Então mas do que justo mantê-las sempre integradas.

“A participação dos pais na escola pode render outro fruto. Nada como pais e filhos realizarem uma tarefa juntos para aprender a se compor, numa espécie de concretização de afetivo.” (TIBA, 1998, p.166)

Na rede pública P3 e P4 acreditam que até exista (um trabalho integrado) mas é muito pouco, sendo assim não recebem o resultado esperado.

Já P1 e P2 desta mesma rede estão convictas que não alcançam resultado esperado e exista muito pouco esse trabalho, mas que irá melhorar no futuro, pois elas juntamente com outros profissionais cobram isso de seus superiores, pois acreditam que a falta dessa integração está afetando demais o futuro e a educação dessas crianças.

Acrescentando Paro (2000) que alguns pais pensam que a escola é apenas um lugar onde seus filhos ficam seguros e se divertem ou apenas para livrar-se deles por algum tempo para ficarem com seu tempo livre.

Podemos perceber que diante desse pensamento, não podemos querer que a família acredite que o trabalho integrado é a melhor maneira para uma educação saudável para seu filho.

Ao mesmo tempo esses pensamentos, incluindo as respostas das professores e do autor, desconhecimento dos pais de que educar necessita exigir, orientar, dedicar-se, ter paciência é ‘perder tempo’ para seu filho.

8 CONCLUSÃO

Para realizarmos este presente trabalho, tivemos como objetivo compreender a percepção dos professores frente ao papel da família na educação dos filhos, mas especificamente nas series iniciais de escolas da rede pública e da rede privada.

Podemos afirmar que o papel mais importante na educação das crianças, é o da família, tanto no cotidiano escolar quanto no familiar, como salientamos em todos os capítulos inclusive na análise de dados. Pois confirmamos que a família é o primeiro grupo social que a criança convive e a escola necessita muito de sua participação para que o processo ensino-aprendizagem ocorra com sucesso.

Por meio da análise de dados, com os resultados obtidos pelas professoras questionadas na pesquisa de campo, percebeu-se que as educadoras sentem muita necessidade da compreensão dos pais em sua importante participação na educação escolar de seus filhos, deixando a desejar em muitos aspectos que acabam influenciando todos, inclusive colegas e as aulas preparadas pelas professoras. Não apenas na vida escolar, mas também familiar, onde muitos pais depositam toda a responsabilidade a escola minimizando suas responsabilidades.

As educadoras respondem também que sentem falta da escola procurar trazer os pais para dentro dela, enfraquecendo ainda mais essa parceria, pois os pais já não aceitam muito ter que se preocupar com a escola, e se a instituição também deixar de mão essa integração, aí mesmo que não ocorrerá.

A família, a partir do momento em que seu filho inicia a vida escolar, considera que a escola deverá arcar com toda responsabilidade. Esquece que ele (seu filho) necessita de auxílio no processo ensino-aprendizagem e que ela (a família) deve participar da sua vida escolar, trabalhando com a auto-estima, utilizando palavras que o valorizem, observando seu comportamento, sua forma de agir, de pensar, se mostrando interessados na sua escola, no que ele faz lá e quais são seus maiores interesses e até mesmo suas dificuldades.

A dinâmica da vida moderna, a falta de tempo para conviver com os filhos, o aumento do número de divórcios e a velocidade das transformações são alguns dos motivos que têm dificultado para as famílias a tarefa de oferecer aquela que

antigamente se chamava “educação de berço”. As instituições de ensino, por sua vez, tornaram-se um ponto de apoio na logística familiar.

Então cabe a instituição promover meios para que os pais possam participar da mesma, favorecendo horários especiais para a presença dos mesmos na escola, onde possam buscar saber sobre seus filhos, ou colaborar com eventos promovidos pela escola, poder opinar para transformar a comunidade para melhor, enriquecendo o ambiente escolar onde seu filho está inserido, realizar eventos procurando instigar os pais a participarem, entre outros.

Estabelecida a distorção, o desafio agora é demarcar os novos limites da relação família-escola. A palavra mais utilizada para definir estes encontros de papéis é *parceria*. Não será sempre que escolas e pais falarão a mesma língua, mas ambos têm de promover condições para que os alunos aprendam, tornem-se autônomos e consigam agir sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1998.

BELLO, José Luis de Paiva. **Educação no Brasil: História das Rupturas**. 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em abril de 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 33ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo : Atlas, 1991

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2ed. Belo Horizonte. Autentica, 2000.

MACEDO, R. M. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEDINA, Calos Alberto. **Família e Mudanças**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

MINAYO, M.C.de S. (org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª Ed. Petrópolis, Ed Vozes, 1994.

MONROE, Paul. **História da educação**. Trad. Idel Becker. 16 ed. São Paulo: Nacional, 1954.

PARO, Vítor Henrique. **Qualidade do ensino: A contribuição dos Pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PIAGET, J. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: ed. Forense, 1973.

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis: IOESC, 1999.

SANTA CATARINA, Secretaria de educação e do desporto. **Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SOUZA, Ana Paula; JOSÉ FILHOS, Mário. **A importância da parceria família e escola no desenvolvimento educacional**. Universidade Estadual Paulista. Brasil. 2008.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização**. São Paulo: Gente, 1998.

_____. **Quem ama, educa**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Prezado(a) Professor(a), para sistematização do meu Trabalho de Conclusão de Curso, necessito de sua colaboração ao responder o presente questionário, que dará subsídios para que eu conclua minha pesquisa, que tem como tema “**CONFLITOS GERADOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA**”. Sua contribuição me será muito útil, e agradeço antecipadamente.

Acadêmica: Sabrina Becker Canarin

1- Qual a sua formação?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Magistério | <input type="checkbox"/> Cursando outro curso superior |
| <input type="checkbox"/> Cursando Pedagogia | <input type="checkbox"/> Graduada em outro Curso Superior |
| <input type="checkbox"/> Graduada em Pedagogia | <input type="checkbox"/> Cursando Pós-graduação |
| | <input type="checkbox"/> Pós-graduada |

2- A quanto tempo você trabalha na educação?

3- Você conhece os pais ou responsáveis dos seus alunos?

4- Quais as suas expectativas frente à educação familiar?

5- Em que momento no cotidiano escolar você identifica que a família não está cumprindo o seu papel?

6- No seu entendimento há um trabalho integrado entre escola e família?
